XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO
Maceió – AL. 30 de outubro a 02 de novembro de 2009

GÊNERO E PSICOLOGIA: UM DEBATE EM CONSTRUÇÃO NO CRP-03

Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia do CRP-03 (gtrgp@crp03.org.br)

Ana Luisa Marques Fagundes – CRP-03 (analu.cria@gmail.com)
Alessandra Santos Almeida – CRP-03 (alessandrasalmeida@hotmail.com)
Darlane Andrade – CRP-03 (psicologa@darlane.com.br)
Helena Miranda – CRP-03 (hmirandapsicologa@gmail.com)

RESUMO

Esta comunicação tem por objetivo a discussão sobre a importância dos estudos de gênero para a Psicologia como ciência e profissão, questionando como esse "campo do saber" vem contribuindo para essencializar e naturalizar as diferenças entre homens e mulheres e reforçar estigmas e estereótipos gendrados. Essas e outras reflexões vêm sendo pensadas no Grupo de Trabalho "Relações de Gênero e Psicologia" que integra a Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia, em Salvador-Bahia. A motivação inicial para criação deste GT foi o fato de a nossa categoria profissional ser eminentemente formada por mulheres e essa feminilização da profissão repercutir em relações de poder e em implicações na subjetividade que precisam ser melhor entendidas e estudadas. A cada semestre são construídos Plano de Ação com foco em problemáticas sociais em voga, a partir de uma leitura pautada na perspectiva feminista de gênero que critica e busca romper com a construção androcêntrica do conhecimento que, dentro de uma sociedade patriarcal e heteronormativa, invisibiliza as mulheres e outras "minorias" sociais. Tais práticas sociais excludentes contrariam a noção de direitos humanos e evidenciam que as ações deste GT precisam ser pensadas em um terreno transversal, pois a categoria gênero articulada com as categorias de classe, raça e orientação sexual dão-nos uma dimensão e entendimento maior da opressão vivenciada por cada sujeito (mulher). A visibilidade destas questões tem sido uma preocupação deste GT, tanto a partir das demandas de atuação dos profissionais em contextos sociais e institucionais diversos, como na formatação da ciência psicológica que não trata das discussões sobre gênero. Daí a necessidade de refletir e problematizar sobre tais questões dentro da Psicologia.

Palavras-chaves: Gênero, Psicologia, Transversalidade, Direitos Humanos, Mulheres

INTRODUÇÃO

A proposta dessa comunicação é trazer a discussão da temática de gênero para o campo da Psicologia, discorrendo sobre a conceitualização do termo, o seu caráter relacional, o estudo transvesal junto a outras categorias e implicando a Psicologia nessas discussões.

Inicialmente, faz-se necessário entender que cada pessoa fala a partir de um lugar que expressa o cruzamento de características específicas de gênero, raça/etnia, classe social, religião, orientação sexual, localização, geração, etc. No que se refere ao gênero, essas características remetem às

construções sobre o papel de homem e de mulher em nossa sociedade que se relacionam com determinadas normas, regras e papéis sociais.

Acreditamos que jogar bola é atividade de homens, brincar de boneca é atividade de mulheres; homens não choram, são racionais, mulheres são sensíveis; estimulamos os encontros sexuais fortuitos dos homens desde a tenra juventude e reprimimos as mulheres sexualmente, estimulando a procura de um "príncipe encantado" para quem ela possa se entregar e ter a sua primeira experiência sexual.

Essas construções enquadram homens e mulheres a certos comportamentos que são vistos pela sociedade como naturais (quando, na verdade, não há nada de natural nisso, mas sim uma construção social) e que são internalizados por todos/as como a "verdade". Mas, o que é mesmo ser mulher em uma sociedade onde imperam construções patriarcais e machistas que são mantidas não apenas pelos homens, mas também pelas próprias mulheres?

Se observarmos atentamente, no nosso ciclo social ou mesmo dentro da nossa própria casa, encontraremos vários exemplos de comportamentos machistas perpetrados por mulheres. Certa vez, ao dar carona a uma tia, ela sentou-se no banco de trás do carro para que o filho dela de 12 anos sentasse no banco da frente, dizendo: *"sente na frente, meu filho porque você é homem*". Lembro também quando fiquei estarrecida, ainda adolescente, quando uma outra tia minha afirmou: - *minha filha, vá arrumar o seu quarto e o de seu irmão. E a minha prima perguntou: Por que meu irmão não arruma o quarto dele? - Porque você é mulher e ele é homem*

Essas colocações nos permitem perceber que não apenas os homens reforçam as construções machistas em nossa sociedade, mas, também seria um engano enorme acreditar que essas construções existem por culpa das mulheres. As mulheres assim como os homens são produtos de uma sociedade patriarcal onde impera um discurso dominante que coloca a mulher em uma posição desprivilegiada e subalternizada em comparação aos homens. Os homens estão em vantagem de oportunidades: têm os maiores salários para os mesmos cargos desempenhados por mulheres; os cargos de chefia e de política são assumidos por eles em sua maioria; têm liberdade sexual sem serem rotulados – ao contrário, eles são os garanhões, enquanto as mulheres são "galinhas"; podem trair, mas se sentem no direito de espancar ou matar a parceira quando ela os trai; quando resolvem trabalhar em áreas rotuladas de "femininas", eles têm maior ascensão: se tornam chefes de cozinha, chefes de costura, etc. Dessa forma, homens e mulheres crescem aprendendo e internalizando essas crenças de forma naturalizada, sendo, portanto, preciso, necessário e urgente desconstruí-las a favor de uma igualdade entre os sexos.

Vivemos em um mundo onde impera a voz masculina e as mulheres estão invisibilizadas. Quando se diz "**o** alun**o**", as meninas têm que se sentir inseridas no masculino singular. A gramática já é "masculinista" por que coloca o plural das palavras no masculino e isso é arbitrário, é uma construção. Em Psicologia, nós também erramos quando escrevemos na nossa carteira de identidade profissional do CRP "assinatura d**o** Psicólog**o**" e percebam também que apesar de ser um curso fortemente marcado por mulheres, são os homens psicólogos que geralmente aparecem na mídia (novelas e programas de TV), eles ganham destaque. A Psicologia também se equivoca quando, ao realizar testes de inteligência, endossa características de homens e mulheres como se fossem inatas, quando, na verdade, são construídas.

A fim de trazer à tona essas discussões, criamos, dentro do Conselho Regional de Psicologia (CRP-03/ Bahia e Sergipe), o Grupo de Trabalho Relações de Gênero e Psicologia. A idéia é estudar o gênero enquanto uma categoria social que participa ativamente do dia-a-dia das pessoas, pois, antes de mais nada, somos "enquadrados", ainda na barriga de nossas mães, como homem ou mulher.

A importância deste Grupo de Trabalho está no fato de discutir e desconstruir essas e outras questões que estão no alicerce da nossa identidade. Discutir estereótipos de masculinidade e feminilidade. Discutir a prática da Psicologia nos diferentes espaços utilizando o gênero como perspectiva. Mas, afinal de contas, o que é gênero e como o uso desse termo vem sendo pensado neste Grupo de Trabalho?

1 CONCEITUALIZANDO O TERMO GÊNERO[1]

A utilização do termo gênero neste Grupo de Trabalho vem sendo pensada à luz das teorias feministas com base em autoras como Joan Scott, Cecília Sardenberg, Teresa de Lauretis e Jane Flax, para citar apenas algumas delas. A título de conhecimento, situaremos a emergência do "gênero" como um objeto de estudo feminista que, assim como os objetos de estudo que lhe antecederam – "mulher" (como uma categoria universal) e "mulheres" (categoria mais plural) – encontra-se demarcado por uma época específica na história do Movimento Feminista.

Os estudos sobre a "mulher" coincidiram com o início da primeira onda do Movimento Feminista, na década de 1960 , que centrava as suas lutas e reivindicações na "mulher" (burguesa, branca e de classe média/alta), pela igualdade de direitos. A partir da metade da década de 1970, de acordo com Cecília Sardenberg (2004) e Celecina Sales et al. (2000), o objeto de estudo sofreu modificações, passando de "mulher" para "mulheres", abarcando, também, as mulheres negras e as mulheres de camadas populares, no intento de dar conta das diferentes situações culturais e sociais e responder às opressões de raça e de classe, observando as diferentes realidades experienciadas por cada uma delas.

Entretanto, apesar dessa ampliação, Cecília Sardenberg (2004), ainda, sinaliza a ausência, naquela época, de um objeto de estudo que soasse de forma unânime para as feministas acadêmicas e militantes. Segundo a autora, isso só foi alcançado, em fins da década de 1970, com a conceitualização do termo "gênero" que, numa perspectiva feminista, permitiu abarcar tanto relações de poder sobre o masculino e o "feminino" quanto especificidades marcadas por características histórico-culturais, possibilitando discutir também os objetos de estudo anteriores.

Inicialmente, gênero era uma palavra usada apenas em oposição a sexo, como construção social das identidades sexuais, descrevendo o que é socialmente construído. Nessa concepção, de acordo com Sardenberg (2004), o sexo era tido como natural e a-histórico. Foi Gayle Rubin

---

[1] Esse item foi retirado, na íntegra, do item 1.1 do Capítulo I da Dissertação de Helena Miranda dos Santos (2008). Santos, Helena Miranda dos. **Corpos perfeitos: o "ideal" de beleza das mulheres construído na contemporaneidade.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008.

quem, na década de 1970, trouxe o conceito de sistema sexo/gênero, enfocando a relação existente entre essas duas categorias, ao conceituar esse sistema como "um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana e na qual essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas" (1975, p. 2), referindo-se à normatização social que incide e molda cada sexo.

Essa definição pode ser considerada, assim como o foi por Judith Butler (2003), como um dos pontos de partida fundamentais para a transformação de perspectivas dentro do movimento teórico feminista. Entretanto, apesar do avanço alcançado pelos estudos feministas com a noção de sistema sexo/gênero, a sua definição ainda mantinha a oposição entre esses dois termos, o que, para Teresa de Lauretis (1994), acabou por se tornar uma limitação ou deficiência do pensamento feminista por remeter a uma oposição universal (a mulher como a diferença do homem) dificultando pensar nas especificidades entre as mulheres (de forma plural) e na noção de sujeito constituído por códigos lingüísticos e representações culturais.

Assim, as décadas de 70 e 80 viram surgir discussões feministas sobre o emprego de gênero que começaram a reavaliar as explicações correntes da vida social apoiadas na experiência de mulheres. Segundo Bila Sorj (1992), esses estudos envolviam duas dimensões: a idéia de que o gênero seria um atributo social institucionalizado e a noção de que o poder estaria distribuído de modo desigual entre os sexos, subordinando a mulher. Diante dessas considerações, no final da década de 80, foi postulada a primazia dos estudos de gênero sobre os estudos de mulheres, conforme apontado por Lia Zanotta Machado (1998), o que possibilitou valorizar e reconhecer ainda mais as diferenças, em virtude do caráter relacional e transversal do gênero.

De acordo com Judith Butler (2003), gênero foi concebido, originalmente, em oposição a sexo, a fim de questionar a construção de que a biologia é o destino e isto sugeria uma descontinuidade entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Posteriormente, o gênero deixou de ser visto apenas como diferença sexual e passou a ser considerado como categoria múltipla e relacional que abarca códigos lingüísticos institucionalizados e representações políticas e culturais.

Scott (1988) conceitua o gênero como uma categoria de análise histórica que implica em quatro elementos: 1) *símbolos culturais disponíveis* (da tradição cristão do Ocidente) – que evocam representações múltiplas e contraditórias, por exemplo, Eva e Maria como símbolos de mulher; 2) *conceitos normativos* – que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos, limitando e contendo suas possibilidades metafóricas; 3) *inclusão da noção do político* – como referência às instituições e organizações sociais; e 4) *identidade subjetiva* – referenciada pela psicanálise lacaniana que concebe a formação da identidade de gênero a partir das relações objetais estabelecidas com o Complexo de Édipo, nas primeiras etapas do desenvolvimento humano.

Na mesma linha de Joan Scott (1988), atualizando e ampliando o conceito, Teresa de Lauretis (1994) propõe pensar o gênero como produto de tecnologias sociais, discursos, epistemologias e de práticas institucionalizadas que o sustentam dentro de um aparato social e representacional absorvido subjetivamente por cada pessoa. A autora também traz quatro proposições sobre o gênero: 1) o gênero é uma representação; 2) a representação do gênero é a sua construção; 3) a

construção do gênero vem se efetuando hoje nos aparelhos ideológicos do Estado; e 4) a construção do gênero se faz por meio de sua desconstrução.

Com o avanço nos estudos de gênero, as autoras feministas também começaram a resgatar a perspectiva política embutida, semanticamente, no termo. Começaram a entender que falar de gênero é falar de opressão do patriarcado, que está arraigado politicamente no discurso lingüístico e social, tendo em vista que as diferenças entre os sexos se pautam em construções simbólicas hierárquicas que associam o masculino com quaisquer termos que estejam em posição superior. Nesse sentido, o gênero passou a ser visto como uma instância fundamental de ideologia.

Também não faltou muito para que o gênero começasse a ser pensado como um dos elementos constitutivos das relações sociais que se articulam com outros elementos, raça/etnia, classe, geração, orientação sexual, localização, entre outras categorias sociais relevantes, configurando, assim, relações de gênero específicas. É esse caráter relacional do gênero que possibilita identificá-lo como fluido e complexo, características presentes na contemporaneidade que privilegiam a indeterminação, a fragmentação, a diferença e a heterogeneidade.

Cecília Sardenberg (2004) afirma que o gênero emergiu como um conceito, dentro das grandes idéias que causaram impacto no cenário intelectual do final do século XX, abrindo caminho para a desconstrução e a desnaturalização do masculino e do "feminino", já que a noção do que é ser homem ou mulher também é variável de acordo com épocas e culturas. Assim, o gênero passa a ser considerado, para essa autora, um instrumento de transformação crítica e social.

Jane Flax (1992) também concorda que um dos principais focos dos estudos feministas é a desnaturalização do gênero, ou seja, a noção de que ele deve ser desconstruído como essência, na perspectiva biológica, para ser visto/tido como relacional. Tal conceituação incita a reflexões e processos mais complexos e instáveis. Assim, segundo a teórica:

> A não ser que vejamos o gênero como relação social, e não como oposição de seres inerentemente diferentes, não seremos capazes de identificar as variedades e limitações de diferentes poderes e opressões de mulheres (ou de homens) dentro de sociedades específicas. (FLAX, 1992, p. 246).

As considerações teóricas trazidas por essas autoras, com as quais este trabalho se alinha, reconhecem a dimensão cultural presente na conceitualização do gênero que pode ser observada à medida que são identificados diferentes entendimentos sobre o termo, expressos em dicionários específicos.

No *Dicionário de Filosofia*, pode-se observar que a palavra gênero possui três significados distintos, correspondendo: a) à geração de seres da mesma espécie (por exemplo, gênero humano); b) àquilo que deu origem às coisas de uma mesma espécie (por exemplo, gênero dos Helenos); e c) àquilo a que se atribuem distinções ou oposições. Em Lógica, gênero equivale a uma classe que tem maior extensão que a classe das espécies. Já na Gramática, gênero corresponde à categoria que divide os substantivos em masculino, feminino e neutro. Nas línguas ocidentais de procedência latina, houve uma redução de três gêneros (masculino, feminino e neutro) para dois gêneros (masculino e feminino), mas a arbitrariedade e o binarismo

(característicos da religião cristã-católica) da linguagem criam valores positivos para as palavras masculinas e valores negativos para as “femininas”.

Diante dessas conceitualizações diferenciadas por áreas do conhecimento, pode-se perceber que o gênero corresponde a uma construção social arbitrária, cabendo à sociedade nomear e incluir semanticamente sentidos ao termo. Assim, reconhecer que o gênero é uma categoria construída permite desarmar o binarismo, a valoração e a oposição que impregnam os seus diversos significados. Entre as teóricas feministas, há quem também considere que não apenas o gênero, mas também o sexo possui esse caráter cultural.

Tânia Swain (2002) afirma que, embora o sexo tenha ancorado no biológico, a matriz de sua identidade, ele faz parte das construções representacionais da sociedade. Já Judith Butler (1990) enfatiza, com veemência, o aspecto cultural do sexo e discute a equivalência entre sexo e gênero, pois, para a autora, o sexo (assim como o gênero) qualifica o corpo no domínio da inteligibilidade cultural, sendo um ideal regulatório imposto pelas normas sociais. Afirma Butler (1987), com base em Monique Wittig, que é dentro do contexto político e lingüístico que ocorre a discriminação do que vem a ser sexo e que, como nesse contexto “acordou-se” que a diferença sexual se dá pelos órgãos reprodutivos, a partir daí enquadraram-se comportamentos sexuais como socialmente corretos, tornando, inclusive, a heterossexualidade como norma obrigatória. É neste sentido que Butler (1999) fala sobre os “corpos que pesam”: corpos que materializam e “carregam” as normas sociais.

Com base nessas reflexões e inspirada em Derrida, que desmontou a estrutura binária significante/significado, Judith Butler (1999; 2003) desfaz a dualidade Natureza/Cultura, freqüentemente utilizada nos estudos sobre a(s) mulher(es), ao tomar o sexo como sendo também discursivo e cultural. Nas suas palavras:

> E o que é, afinal, o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal [...] Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? [...] Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revelasse absolutamente nenhuma. (BUTLER, 2003, p. 25).

Para Butler (2003), o dualismo entre sexo e gênero pressupõe a existência de uma cultura que age sobre a natureza, donde o sexo, enquanto superfície passiva (tal como a natureza), se submete à penetração cultural. Isso, segundo a autora, equivale a uma construção masculinista visto que, na nossa sociedade, o Homem representa a Cultura enquanto a Mulher, a Natureza. Assim, ela propõe repensar o conceito de natureza como página em branco e sem vida, o que vai ao encontro dos propósitos feministas contemporâneos que também criticam os posicionamentos androcêntricos pautados na naturalização de seres e de coisas, enfatizando os sentidos sociais e culturais dos fenômenos existentes.

Essa autora considera que, como o sexo é uma categoria que deve ser tomada em seu gênero (ou seja, em sua dimensão cultural) não faz sentido conceituar o gênero como a interpretação cultural do sexo. Desse modo, ela questiona o que sobra de natural no sexo já que este assume o caráter social de gênero – seria o sexo uma ficção? – e discute a possibilidade de desconstruir ambos os conceitos.

Além de considerar o sexo e o gênero como dimensões culturais, Judith Butler (2003) os vê como independentes. Para ela, na medida em que o gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo ele se torna um artifício flutuante; e isso permite romper a idéia de sistema binário de gêneros, pois, segundo a autora, não há razão para acreditar que os gêneros devam ser representados apenas por dois: o masculino e o "feminino".

As indagações trazidas por essas autoras permitem desnaturalizar os conceitos de sexo e de gênero, esboçando a fluidez característica da época contemporânea. O gênero corresponde então a uma construção social por meio da qual são construídas subjetividades e que organiza as relações entre homens e mulheres num determinado contexto, estruturando relações de poder. Mas, afinal, qual a implicação dessa temática para a Psicologia?

2 ESTUDOS DE GÊNERO NA PSICOLOGIA

Com base nessas considerações, podemos entender como, a partir de uma perspectiva de gênero, homens e mulheres assumem comportamentos e papéis normativos culturalmente estabelecidos e desiguais em termos de poder e importância. As mulheres internalizam a sua subordinação e desvalorização com base em discursos sociais institucionalizados (nas escolas, nas empresas, nas organizações, na Igreja, etc) que trazem implicações diretas na sua constituição de sujeito.

Cabe à Psicologia enquanto compromisso social com a categoria, a sociedade e os direitos humanos[2], quando remeter às diferenças entre homens e mulheres, não permitir que esse campo de estudo e prática seja utilizado para sustentar a inferioridade das mulheres. Deverá, de modo contrário, promover discursos alternativos que questionem o discurso dominante opressivo às mulheres, identificando e desconstruindo estruturas sociais e práticas pessoais e profissionais que sustentam o sexismo e funcionam como instrumentos de controle social.

É sobre esse aspecto que se pode pensar na importância do GT Relações de Gênero e Psicologia do CRP-03 ao trazer à tona a discussão da prática da Psicologia nas escolas, nas organizações, nas clínicas (individual, família, casal), na comunidade e na área de saúde mental, a partir de uma perspectiva de gênero. Quem são essas mulheres atendidas por psicólogos/as? Quais implicações em sua subjetividade são características do fato de serem mulheres em uma sociedade que toma o masculino como referência e na qual as mulheres estiveram historicamente à margem das

[2] Vale ressaltar o compromisso do Sistema Conselhos de Psicologia com a temática de Direitos Humanos, tendo sido acordado em 2008 que cada Conselho Regional deverá possuir uma Comissão de Direitos Humanos para trabalhar regionalmente/estadualmente esse tema na Psicologia. A criação da Comissão Nacional de Direitos Humanos pelo Conselho Federal de Psicologia data de 1998.

produções nas artes, na literatura e nas ciências? Quais são as implicações para a Psicologia do fato de sermos uma ciência e profissão predominantemente escrita por homens e exercida, em sua maioria, por mulheres? De que modo temos contribuído para redução ou fortalecimento das negligências e discriminações no que se refere à categoria de gênero? Como a Psicologia contribui para reforçar ou quebrar estigmas e estereótipos? Como vem essencializando as diferenças de gênero, criando universais sobre o "ser mulher" ou problematizando as especificidades de contexto? Como tem se posicionado no enfrentamento à violência física, psicológica e simbólica contra as mulheres?

Acreditamos que as/os diversos profissionais e a sociedade como um todo precisam refletir sobre os impactos nas produções de subjetividade para homens e mulheres que se entrecruzam com relações de poder. A Psicologia, enquanto campo de pesquisa, formação e atuação relacionada ao ser humano tem muito a contribuir no que se refere à desconstrução das desigualdades sociais e de gênero.

E esse estudo tem que ser efetivado em um terreno transversal, pois estudar gênero, no âmbito da Psicologia, perpassa o entendimento de que categorias transversais de gênero, raça/etnia, classe social, orientação sexual e geração se cruzam construindo sujeitos com certas especificidades que precisam ser observadas. Daí a proposta inicial do nosso GT de se articular permanentemente com os demais GTs dentro do Conselho de Psicologia, a fim de discutir essas interseccionalidades, participando da realização de seminários e oficinas juntamente com os GTs de raça, orientação sexual, trabalho, comunicação e saúde mental.

Buscando uma aproximação junto à sociedade e à categoria de Psicólogos/as, o GT também mantém, em parceria com o Centro de Referência em Políticas Públicas - CREPOP do CRP-03, um Blog[3] de modo a possibilitar um espaço de informações sobre pesquisas, encontros, textos e outros conteúdos relacionados ao tema gênero e psicologia, além de ter um espaço específico no site do CRP-03[4].

Entendemos que, dessa forma, o GT vem cumprindo a sua função social[5] e também diretamente voltada para a atuação dos profissionais de Psicologia, com vistas a um esclarecimento da categoria sobre a temática de gênero (suas naturalizações, estereótipos, construções, desconstruções e ressignificações) e, consequentemente, oferecendo um serviço psicológico de maior qualidade à sociedade.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. In:

[3] http://observatorio03mulheres.wordpress.com/
[4] http://www.crp03.org.br/site/ComissaoDHumanos_GTRGP.aspx
[5] É importante lembrar que o eixo III das deliberações do VI Congresso Nacional de Psicologia - CNP "**Intervenção dos psicólogos nos sistemas institucionais**" contempla um item que remete ao compromisso social da categoria junto à temática de gênero intitulado "**Compromisso com os direitos sociais: a questão de gênero".** Entre outras ações, identifica-se a necessidade de promover seminários ou debates sobre Psicologia, gênero e mídia, incentivando o/a psicólogo/a a ser multiplicador de uma visão sem preconceitos.

BENHABIB, S; CORNELL, D. (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 139-154.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**.** In: GUACIRA, L. L. (Org). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 151-174.
148
_____. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DE LAURETIS, Teresa. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Tendências e impasses:** o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, H. B. de (Org). **Pós-modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

MACHADO, Lia Zanotta . Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. **Cadernos Pagu**, n. 11, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1998. Trajetórias do gênero, masculinidades.

NOGUEIRA, CONCEIÇÃO. **Feminismo e Psicologia Social. Contribuições para uma Perspectiva Crítica**. In T. M. Toldy & J. C. Cardoso (Eds.), A igualdade entre mulheres e homens na Europa às portas do século XXI. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

RUBIN, Gayle. The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex. In: REITER R. (Ed.). **Toward an Antropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975, p. 157-210. Traduzido para o português e publicado por SOS Corpo e Cidadania.

SAAVEDRA, LUÍSA. & NOGUEIRA, CONCEIÇÃO. (2006). **Memórias sobre o feminismo na psicologia: para a construção de memórias futuras**. Memorandum 11, out/2006, Belo Horizonte: UFMG; Ribeirão Preto: USP, ISSN 1676-1669. Disponível em http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/a11/saavedranogueira01.pdf

SALES, Celecina de Maria Veras et al. **Feminismo**: memória e história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

SANTOS, HELENA MIRANDA DOS. **Corpos perfeitos: o "ideal" de beleza das mulheres construído na contemporaneidade.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2008.

SARDENBERG, CECÍLIA. Estudos feministas: um esboço crítico. In: AMARAL, C. C.G. (Org.) **Teoria e práxis dos enfoques de gênero**. Salvador: Redor/Fortaleza, NEGIF/UFC, 2004. 160p.

SARDENBERG, CECÍLIA; MACEDO, MÁRCIA. Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema. In: COSTA, A.A.; RODRIGUES,A.T.;VANIN,I.M. (org.) **Ensino e gênero**: perspectivas transversais. Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher/UFBA, 2008

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: _____. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1988, p. 28-52. [Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1993].

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. (Orgs.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SWAIN, Tânia Navarro. As teorias da carne: corpos sexuados, identidades nômades. **Revista Labrys, estudos feministas**, n. 1-2, jul./dez. 2002.